

FASIPE CUIABÁ

YASMIN RIBEIRO CRUZ

**O IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE UMA EMPRESA DO
AGRONEGÓCIO EM FUNÇÃO DA DEFASAGEM DE SUAS POLÍTICAS DE
DEPRECIÇÃO**

Cuiabá/MT

2021

YASMIN RIBEIRO CRUZ

**O IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE UMA EMPRESA DO
AGRONEGÓCIO EM FUNÇÃO DA DEFASAGEM DE SUAS POLÍTICAS DE
DEPRECIÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
Submetido ao Departamento de Ciências
Contábeis da Faculdade FASIPE Cuiabá
para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^o Esp. Josimar da Silva
Lima

Cuiabá/MT

2021

YASMIN RIBEIRO CRUZ

**O IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE UMA EMPRESA DO
AGRONEGÓCIO EM FUNÇÃO DA DEFASAGEM DE SUAS POLÍTICAS DE
DEPRECIÇÃO**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis e aprovado em sua forma final pelo curso de Ciências Contábeis da Faculdades FASIPE Cuiabá.

Cuiabá, 03 de dezembro de 2021.

Prof. Esp. Priscila Rosa da Silva
Coordenadora do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Josimar da Silva Lima
Orientador

Profa. Ma. Hell Hans Coelho
Membro Interno

Profa. Esp. Priscila Rosa da Silva
Membro Interno

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe Maria Leonina que sempre esteve ao meu lado, me incentivando pelo apoio incondicional em todos os momentos, por acreditar no meu potencial e não me deixar desanimar mesmo nos momentos mais críticos. Sem ela certamente não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gratidão a Deus, por me guiar e me amparar nos momentos que me fizeram chegar até aqui.

Agradeço especialmente a meu orientador, Prof. Josimar Lima, pela sua competência, paciência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia.

Aos meus pais Edson Ferreira da Cruz e Maria Leonina, pelo incentivo nos momentos mais difíceis e principalmente por acreditar em mim desde o início.

Aos professores do curso de ciências contábeis da Faculdade Fasipe Cuiabá pelos ensinamentos e conselhos dedicados durante todo período da graduação, em especial a Professora Orlandina Messias que diante de todas as dificuldades que passou conseguiu me motivar com sua força, fé e perseverança.

Agradeço aos meus amigos Lilian Graciele e Renato Schurings os quais sempre prestaram auxílio quando necessitei e não me deixaram desistir e a meu namorado George Pimentel, por entender a extrema dedicação que tive para a execução deste trabalho.

Agradeço também ao gestor Jefferson Gustavo Capelli, Gerente do Departamento de Gestão Patrimonial da empresa objeto do estudo de caso pelas informações prestadas que tornaram possível a realização deste trabalho de conclusão de curso.

EPÍGRAFE

“As informações relevantes, sob a perspectiva gerencial, são os subsídios essenciais para a tomada de decisões da administração do negócio”.

Diego Felipe Borges de Amorim

RESUMO

Para que a entidade possa realizar suas operações de maneira objetiva com lucratividade e continuidade, faz-se necessário a aquisição e gestão de ativos imobilizados, que podem ser utilizados diretamente ou indiretamente em suas atividades de operacionalização, contribuindo para a geração de benefícios econômicos futuros. Diante do contexto apresentado, este trabalho apresenta a seguinte problemática: Qual o impacto nas demonstrações financeiras de uma empresa do ramo do agronegócio em função da defasagem das políticas de depreciação? Deste modo, este estudo objetiva apresentar os efeitos que os cálculos das depreciações causam nas demonstrações contábeis quando são baseados em uma política interna de depreciação defasada, isto é, em função da não reavaliação da vida útil dos bens utilizados pela companhia, bem como compará-los com um novo cálculo de depreciação realizado através de uma nova estimativa de vida útil dos bens, através do histórico de utilização pela empresa, destacando os principais impactos nas demonstrações financeiras. Neste trabalho, utilizou-se a pesquisa tipo descritiva, utilizando métodos de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Destacando os principais aspectos que regem o Pronunciamento Técnico contábil CPC 27(2009), os critérios de mensuração e reconhecimento estabelecidos na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) e da Lei 12.973/14. Por meio do Estudo de caso realizado, identificou-se que o saldo depreciado seria bem maior caso a empresa adotasse a estimativa de vida útil que foi obtida através da mensuração do tempo de utilização dos bens pela entidade, este saldo representa um impacto mensal nas demonstrações contábeis de R\$ 5.304.000,00 que estão deixando de ser reconhecidos, o impacto anual seria de aproximadamente de R\$63.659.000,00 por ano considerando que este valor continuasse pelos próximos 12 meses.

Palavras-Chave: Ativo Imobilizado. Vida útil. Pronunciamento Técnico. CPC27. Contabilidade.

ABSTRACT

In order for the entity to carry out its operations in a way that aims at profitability and continuity, it is necessary to acquire and manage fixed assets, which can be used directly or indirectly in its operational activities, contributing to the generation of future economic benefits . Given the context presented, this work presents the following issue: What is the impact on the financial statements of a company in the agribusiness sector due to the delay in depreciation policies? Thus, this study aims to present the effects that depreciation calculations have on the financial statements when they are based on an internal policy of lagged depreciation, that is, due to the non-revaluation of the useful life of the assets used by the company, as well as comparing them with a new depreciation calculation carried out through a new estimate of the useful life of the assets, through the history of use by the company, highlighting the main impacts on the financial statements. In this work, descriptive research was used, using methods of bibliographical research and case study. Highlighting the main aspects that govern the Accounting Technical Pronouncement CPC 27(2009), the measurement and recognition criteria established in Law 6,404/76 (Law of Corporations) and Law 12973/14. Through the Case Study carried out, it was identified that the depreciated balance would be much higher if the company adopted the estimated useful life that was obtained by measuring the time of use of the assets by the entity, this balance represents a monthly impact on the statements accounting of R\$ 5,304,000.00 that are not being recognized, the annual impact would be approximately R\$ 63,659,000 per year considering that this amount continued for the next 12 months.

Keywords: Fixed Assets. Lifespan. Technical Pronouncement. CPC27. Accounting.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cinco características básicas de um ativo imobilizado	17
---	----

LISTAS DE QUADROS

Tabela 1 - mapa de movimentação do imobilizado Alfabom.....	33
Tabela 2 - Quantidade de imobilizados por grupo de bem.....	34
Tabela 3 - Cadastro de grupo de bem atual da empresa.....	35
Tabela 4 - Quantidade de vendas de imobilizados 2016 a 2020.....	36
Tabela 5 - Exemplo de cálculo de data - tempo de uso de imobilizado.....	39
Tabela 6 – Comparação de tempo de vida útil entre políticas de depreciação	39
Tabela 7 - Quadro de comparação de políticas de depreciação	40
Tabela 8 - Quadro de evidenciação das comparações	41
Tabela 9 - Mapa de imobilizado nova política de depreciação	42

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de baixas de imobilizado.....	37
Gráfico 2 - Total de imobilizado por venda - Grupo de automóveis	37
Gráfico 3 - Total de imobilizado por venda - Caminhonetes e utilitários.....	38
Gráfico 4 - Total de imobilizado por venda - Grupo de Caminhões	38

LISTA DE SIGLAS

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos contábeis

DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

DLPA - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

DVA - Demonstração do Valor Adicionado

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NBC TG - Normas brasileiras de contabilidade

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	13
1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	13
1.2– CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	14
1.3– OBJETIVOS	14
1.3.1 – Objetivo geral	14
1.3.2 – Objetivos Específicos	14
1.4– JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	14
1.5– METODOLOGIA	15
1.6– ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2 – REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 – ATIVO IMOBILIZADO	16
2.2– RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO	18
2.3– DEPRECIÇÃO E SUAS DISPOSIÇÕES LEGAIS	19
2.4– VIDA ÚTIL E REVISÕES PERIÓDICAS DO IMOBILIZADO	22
2.5 – POLÍTICA INTERNA DE DEPRECIÇÃO DE ATIVOS IMOBILIZADOS	25
2.6 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA IMPORTÂNCIA	25
2.7 – A CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	28
3 – METODOLOGIA	30
3.1 – TIPOLOGIA DA PESQUISA	30
3.2 – ESTUDO DE CASO	30
4- RESULTADOS E DISCUSSOES	32
4.1 – LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES	32
4.2 - CALCULOS E APURAÇÃO DOS DADOS ANALISADOS	32
4.2.1 – Mapa de movimentação do imobilizado da empresa estudada em 31.12.20	32
4.2.2 – Revisão Das Políticas De Depreciação Da Empresa Alfa Bom	35
4.2.3 – Atualização E Comparações Das Políticas De Depreciação Da Empresa	39
4.2.4 – Impactos apurados através do recalcuro da depreciação	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

1 - INTRODUÇÃO

1.1- CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A globalização tem refletido na economia mundial nas últimas décadas, um dos maiores reflexos é a necessidade de transparência e assertividade nas elaborações das informações que norteiam as tomadas de decisões nas empresas. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis passam a ter um papel fundamental nas tomadas de decisões das entidades.

As decisões financeiras por parte de investidores, são feitas a partir de análises das demonstrações contábeis da organização, uma vez que tais demonstrações mostram a capacidade produtiva da organização. A capacidade produtiva está relacionada diretamente ao ativo imobilizado, pois nele está contido um significativo investimento financeiro da organização, e a partir desse investimento pode-se avaliar a capacidade produtiva.

Corroborando para esta informação o Pronunciamento Contábil (CPC 27) que detalha sobre a importância das demonstrações contábeis, que indica a posição patrimonial e financeira da organização em determinado período, as transações envolvidas, possibilitando as análises por parte de quem necessite de informações sobre essas posições. Tais informações auxiliam também o gerenciamento e as tomadas de decisões.

O Ativo Imobilizado tem um papel muito importante nas demonstrações, e no processo de tomada de decisão, para Almeida (2010), os bens do ativo imobilizado representam parcela significativa do total dos ativos das empresas, são de permanência longa e não são estimados à venda, sendo utilizados na manutenção de suas atividades.

Para tanto, Oliveira (2013) nos diz que a tomada de decisão está diretamente relacionada à importância que essa informação possui, reduzindo o risco de incerteza e aumentando a qualidade da decisão, tudo isso com um custo de informação baixo. Sendo assim frente à representatividade do agronegócio na economia nacional, reforça uma carência de utilização de mecanismos que assessoram a gestão dessa atividade, para isto a contabilidade também é utilizada.

1.2– CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Diante da necessidade de conhecer a situação patrimonial e financeira da organização por meio dos demonstrativos contábeis, como dito anteriormente, para que se possa tomar importantes decisões, como investimentos, mudanças no gerenciamento, por exemplo. A realidade contemporânea das organizações, nos remete a necessidade cada vez maior de informações precisas, de acordo com as políticas atuais.

Desta forma, diante do contexto enunciado, este trabalho questiona e expõe como problemática: Qual o Impacto nas Demonstrações Financeiras de uma empresa do Agronegócio em Função da defasagem de suas Políticas de Depreciação?

1.3– OBJETIVOS

1.3.1 – Objetivo geral

Apresentar o impacto nas demonstrações financeiras de uma empresa do ramo do agronegócio em função da defasagem na reavaliação das políticas de depreciação dos seus bens.

1.3.2 – Objetivos Específicos

- Realizar levantamento bibliográfico para contextualizar sobre as metodologias de reavaliação de políticas de depreciação de ativo imobilizado.
- Identificar quais efeitos que a não aplicabilidade correta das taxas de depreciação da contabilidade societária nos bens pode impactar nas demonstrações financeiras.
- Aplicar um estudo de caso para apresentar o impacto nas demonstrações contábeis da empresa estudada em função da defasagem da política de depreciação.

1.4– JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A escolha do tema pela acadêmica deve-se ao fato do ativo imobilizado fazer parte do cotidiano profissional e das organizações, grande parte das empresas não fazem o controle efetivo de seus ativos imobilizados e desconhecem os impactos que ele pode ter diretamente em seu resultado. A bibliografia nos mostra que é necessário

que este controle seja feito, tornando – se necessário o conhecimento na referida área, pelo profissional de ciências contábeis que irá atuar neste ramo nas organizações.

Desta forma este estudo foi motivado pelo interesse em evidenciar as dificuldades da entidade em manter um controle patrimonial eficaz baseado em informações defasadas, salientando o risco que ela pode correr apresentando demonstrações financeiras que expõem informações que podem estar distorcidas. Por esses fatos que se justifica a importância de falar sobre esse tema, pois existe carência de conhecimento sobre controle de ativo imobilizado e sua vida útil, poucos evidenciam impactos dos ativos imobilizados nas demonstrações financeiras. A abordagem desse tema será de grande contribuição para o sucesso das empresas.

1.5– METODOLOGIA

O referido trabalho tem como características ser exploratório quantitativo e qualitativo fundamentado e exemplificado através de um estudo de caso. Uma pesquisa no método de estudo de caso, aproxima o que está acontecendo no dia-a-dia das organizações com o que é posto na literatura. Em conformidade, Yin (2015) nos diz que “o estudo de caso é a pesquisa com foco no fenômeno contemporâneo com base na coleta de dados.”

O estudo de caso foi realizado em uma empresa do ramo do agronegócio localizada no estado de Mato Grosso, denominada de forma fictícia de AlfaBom. que possui 39 anos no mercado, 7.500 funcionários, com um faturamento de R\$ 3,2 bilhões no último ano. As informações analisadas foram referentes aos anos de 2016 à 2020, onde foi analisado o impacto nas demonstrações financeiras em função da defasagem das políticas de depreciação sobre as demonstrações do fechamento de 2020.

1.6– ESTRUTURA DO TRABALHO

A monografia foi dividida em cinco seções. A primeira apresenta a introdução, o objetivo e o problema. Na segunda seção, há o referencial teórico, abordando os conceitos de ativo imobilizado, depreciação, vida útil de bens, conceituação de demonstrações contábeis e discorre brevemente sobre a contabilidade no agronegócio. Na terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos. Na quarta, estão os resultados e discussões, na quinta seção exhibe as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – ATIVO IMOBILIZADO

Quando se fala do ativo imobilizado de uma organização, refere-se a todo bem tangível que é beneficiado tanto na oferta de serviços quanto na produção. Para tanto, a Lei nr. 6.404/1976 art. 179 (item IV), define a classificação do ativo imobilizado considerando bens corpóreos que são para a manutenção das atividades da organização, ou ainda que a organização os utilize para manter as suas atividades, considera também os bens que são de origem das operações que envolvem a transferência para a empresa de benefícios, riscos e controle desses bens.

O Conselho Federal de Contabilidade a partir da Resolução CFC nº 1.055/05 criou o Conselho Pronunciamento Contábil (CPC) cujo objetivo é o estudo, preparo e emissão de métodos de contabilidade e a difusão de conhecimentos referentes à essa natureza, o que é chamado de Pronunciamentos Técnicos. Dentre os pronunciamentos contábeis, há o CPC 27 (2009), que tem como objetivo balizar os procedimentos contábeis que envolvem o ativo imobilizado da empresa, de maneira tal, que as demonstrações contábeis possam transmitir informações para os usuários sobre os investimentos da organização e também as mutações em seus ativos.

Os bens do ativo imobilizado, que é o item tangível, são definidos como aqueles utilizados para produção de mercadorias e fornecimento de serviços, quando são mantidos para utilização como aluguel para outros, ou na administração, tal utilização tem expectativa superior a um período.

A Norma Brasileira de Contabilidade, aplicadas à Auditoria Governamental, emitida pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), endossa a definição de ativo imobilizado.

É importante considerarmos os principais pontos na contabilização do ativo imobilizado, que são: a identificação dos ativos, e definição dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas que ocorrem por conta da desvalorização que possam ser caracterizadas em relação a eles.

Compreender o que é o Ativo Imobilizado em uma organização, as orientações de acordo com o Código de Pronunciamento Contábil e a definição deste ativo imobilizado a partir da Norma Brasileira de Contabilidade que atende à Auditoria

Governmental otimizando sua utilização em prol da organização, pois o conhecimento aliado à rotina contábil da organização faz com que haja sucesso na utilização do Ativo Imobilizado.

Corroboram para a afirmação acima Dantas e Melo (2015) pois afirmam que o Ativo Imobilizado é muito importante para a operacionalização da empresa, uma vez que os bens que têm durabilidade que a empresa possui compõem o mesmo. Na concepção de Santos et al (2007) os ativos são “recursos controlados pela empresa capazes de gerar fluxos futuros positivos de Caixa”.

Para identificar o ativo imobilizado, inicialmente devem ser observadas cinco características básicas para melhor entendimento, conforme figura 1 a seguir:

Figura 1: Cinco características básicas de um ativo imobilizado



Fonte: Elaborada pela Autora.

Por tanto o ativo imobilizado são bens tangíveis, isto é que possa ser tocado fisicamente (imóveis, máquinas e equipamentos, utensílios, móveis, veículos...) e mensurado confiabilidade, são bens necessários no funcionamento da organização, de natureza permanente, ou seja que tenha expectativa de vida acima de 1 ano, e ainda que este bem tenha potencial de gerar diretamente ou indiretamente recursos para o fluxo de caixa ou equivalentes para a empresa. Este bem está ligado à prestação de serviços da empresa, ou a produção. Para trabalharmos de maneira eficiente e eficaz as informações dentro da organização, é necessário que saibamos reconhecer e mensurar o ativo imobilizado.

2.2– RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

É preciso reconhecer e mensurar o ativo imobilizado da organização, mas é preciso saber de que forma isso se dá. Como dito anteriormente, é necessário que o bem possa fluir benefícios econômicos para esta organização, e para balizar o reconhecimento de um bem do ativo imobilizado deve-se observar os seguintes critérios, com relação ao custo, conforme aponta o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC 27) quando for possível obter benefícios futuros, relacionados ao item, irá para a organização, e quando puder determinar de maneira segura o custo do elemento.

A orientação acima demonstra justamente como reconhecer e mensurar o ativo imobilizado da organização, proporcionando informações para o profissional contábil que trabalha diretamente com este ramo na entidade.

Almeida (2010) pontua sobre a capitalização dos bens do ativo imobilizado, considera que todos os custos devem ser contemplados até o seu funcionamento. Por exemplo, durante a compra de um terreno, todas as transações que envolvem custos devem ser observadas e consideradas até que este terreno (bem) esteja produzindo, ou seja, funcionando.

Outrossim, todos os gastos que a entidade teve para deixar o bem em funcionamento deve ser agregado ao valor do bem, para tanto, corroboram para esta pesquisa as orientações do CPC 27 (2006,p.6) que estabelece, que custo de um elemento do ativo imobilizado agrega os custos incorridos no período em que o bem pode operar, considerando as condições e expectativas da administração e não é utilizado, ou se utilizado de maneira menor que a capacidade total; os danos, malefícios desde o começo, e os custos de reposicionamento ou reestruturação da empresa, podendo ser em parte ou total.

Isto é, o custo de um ativo compreende o preço de compra, incluindo todos os impostos os não recuperáveis sobre a compra, os impostos de importação, custos de mão de obra de montagem e instalação, e todos os gastos que a entidade terá para deixar o bem disponível para uso.

Sobre a composição do custo o CPC 27 (2009) nos elucida sobre os elementos que são considerados, o preço de aquisição, os custos que são diretamente atribuíveis ao ativo para o funcionamento esperado e o que foi estimado inicialmente referente aos custos de desmontagem e extração.

Devemos considerar como custo quando é na data da aquisição ou o valor da construção desses bens ou ainda, o valor que é atribuído ao ativo nas disposições específicas, quando do reconhecimento inicial.

Dois métodos permeiam o reconhecimento do ativo imobilizado, e segundo Mendes (2009), a empresa pode optar por quantificar um elemento pelo método de custo ou outra opção é pelo método de reavaliação, não podemos esquecer que é preciso que seja permitido por lei. No custo de um ativo imobilizado devemos considerar diversos fatores, e em consonância Ludícibus (2010) aponta que são considerados os fretes, taxas alfandegárias, outras taxas e impostos, custo de manuseio e estocagem e outros custos necessários para que haja condições de utilização do ativo.

Ainda segundo Ludícibus (2010, pgs. 181 e 182):

O imobilizado tangível inclui terrenos, edifícios, equipamentos, instrumentos e ferramentas, móveis e utensílios, moldes, veículos, etc... Sua característica principal é de ser utilizada nas operações normais da empresa e sua vida estender-se, usualmente, além de qualquer período menor que o do ciclo de capacidade.

Assim podemos contextualizar os critérios de reconhecimentos dos ativos imobilizados, afirmando que todos estes gastos que são inerentes ao bem antes de ser colocado na efetiva produção, assim são incluídos no custo inicial do bem, por conseguinte são imobilizados e depreciados.

2.3– DEPRECIÇÃO E SUAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Alguma vez na vida já ouvimos falar de depreciação, para compreendermos o que significa o termo depreciação recorreremos ao dicionário da língua portuguesa Aurélio online, que define como substantivo feminino, que significa “[...]diminuição de valor de alguns bens, resultante de envelhecimento ou desgaste; redução do preço ou do valor de alguma coisa: depreciação imobiliária; depreciação da moeda[...]”.

Nos é orientado pelo CPC 27 (2009, p. 10) que “[...] cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item

deve ser depreciado separadamente.” Ou seja, deve ocorrer a depreciação individual, uma vez que o item tenha um custo significativo no montante geral.

Segundo Rodrigues, Silva e Carvalho (2014) a depreciação sendo um ato contábil, desvaloriza um bem por conta de sua idade, estado de conservação. Pensamos logo que um bem quanto mais velho, menor seu valor, exemplo simplório.

Devemos considerar que todos os ativos imobilizados, quando são equipamentos ou edificações, sofrem deterioração, que pode ser tanto pelo tempo quanto pelo uso. Esse desgaste é mencionado na contabilidade como depreciação e amortização.

Walter (1982, p.23) define depreciação como a queda do valor dos bens físicos, uma vez que estes sofrem desgaste ou acabam perdendo a utilidade por procedência do uso, efeitos da natureza ou por tornar-se obsoleto: Assim podemos dizer que é a dedução do valor bruto do imobilizado, que em função do desgaste e da deterioração oriundos do tempo que afeta o imobilizado utilizado pela empresa.

Velter e Missagia (2011) sobre a depreciação pontuam como sendo a redução de valor dos bens que fazem parte do ativo imobilizado por conta do desgaste ou que acabam perdendo sua utilidade por ser utilizado (pelo uso), ou ainda por ficar obsoleto ou que sofra ação da natureza. Stickney e Weil (2010) dizem que essa redução de valor não se pode dizer que seja uma diminuição no período, significa um processo de mudança, em que o custo muda de lugar.

Quanto a aplicação da depreciação, dos ativos imobilizados de uma organização, ela acontece nos bens adquiridos com o intuito de utilização superior a um período, e que são utilizados para obtenção de benefícios econômicos futuros. De acordo com Sandroni (1999, p. 165) depreciação é definido como:

A redução do valor do ativo em consequência de desgaste pelo uso, obsolescência tecnológica ou queda no preço de mercado geralmente de máquinas, equipamentos e edificações. O cálculo de depreciação pode ser feito pelo custo original (ou custo histórico) ou pelo custo atual (ou custo de reposição).

Por muitas vezes nos questionamos, quando a depreciação acontece? O CPC 27 aponta que a depreciação do ativo acontece quando está disponível para o uso e está no local com condições de funcionamento planejadas pela administração para que aconteça, CPC 27 (2009, p. 11) “A depreciação do ativo se inicia quando este está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração.”

Coelho e Lins (2010), considera o fim da depreciação, informando que a depreciação do ativo começa quando o bem está em condições de operação na forma esperada pela organização e termina quando esse ativo atinge seu valor residual, que é o valor esperado na venda deste bem.

Então a depreciação gera um custo, e esse encargo gerado para Gonçalves (2004) em seu entendimento o encargo da depreciação pode de duas maneiras ser computado na organização, como custo ou despesa operacional, depende do caso. Por exemplo, na depreciação de bens de uso, que são utilizados na produção, ela será considerada um custo já os demais bens devem ser registrados, considerados despesa.

A taxa da depreciação deve ser observada para que seja registrada em conformidade com o período para qual o bem vai trazer vantagens econômicas para a organização, desta forma faz se necessária uma revisão individual de cada bem para que o valor das cotas não ultrapasse o valor do bem. Podemos apontar uma valorização do profissional contábil pois a responsabilidade em ser criterioso no julgamento e compreender a área técnica da empresa em que atua é bastante significativa. Cescon et al (2016) concluem que as mudanças nas taxas referentes ao reconhecimento da depreciação evidenciam a importância do profissional de contabilidade na organização.

Diante dos conceitos apresentados pelos autores, a depreciação é um registro da redução do valor do bem, é um custo real para os negócios, pois em algum momento futuro, aquele bem terá que ser substituído.

Segundo Gonçalves (2001) compreender o momento em que é necessário substituir o ativo, é papel do profissional contábil informar, pois a depreciação na administração dos imobilizados aponta a necessidade de um acompanhamento constante do desempenho e mostra que não é compensador continuar com o ativo após a vida útil.

Segundo (KEATING; ZIMMERMANN, 2000) compreender como a depreciação acontece nos faz entender o impacto das demonstrações financeiras utilizadas pelas empresas frequentemente em transações financeiras que envolvam tomadas de decisões internas e cálculos de controle e de impostos

A ação representada pela depreciação pode ser simbolizada também como perda de patrimônio, o que nos mostra a importância de compreender e fazer a depreciação, uma vez que para a administração dos imobilizados existe a

necessidade de um acompanhamento constante do desempenho, demonstra que não é viável continuar utilizando o ativo após o término da vida útil, sendo necessário substituir os equipamentos no momento certo.

2.4– VIDA ÚTIL E REVISÕES PERIÓDICAS DO IMOBILIZADO

Devemos contemplar a vida útil dos bens que estão no ativo imobilizado da organização, e quando falamos em vida útil remetemos a durabilidade do bem, ao período em que este satisfaz uma necessidade.

Para entendermos como é feita a determinação real do ativo imobilizado trazemos o que o CPC 27 (2009) estabelece como regras que definem esta mensuração na entidade, são exemplos de apuração no referido instrumento: valor recuperável e valor residual. O valor recuperável é considerado o maior valor, entre a diferença do valor de negociação subtraído dos custos. Já para o valor residual é considerado o valor que a organização receberia com a venda deste bem, após a dedução das despesas de venda, isto se esse ativo estiver na idade e condição de fim de vida útil.

Ainda no mesmo CPC 27 (2009) temos a definição das diretrizes da vida útil de um ativo como sendo o tempo e o número de unidades, onde o tempo é correspondente ao período que espera-se utilizar este ativo ou o número de unidades corresponde ao que será da produção ou que a organização espera obter com o uso do bem.

De modo que para o período de vida útil econômica dos bens que compõem o ativo imobilizado devemos considerar todos, com exceção de terrenos e outros itens.

O parágrafo 2º do art. 183 da Lei 6.404, que dispõe sobre as sociedades por ações de 1976, quanto ao registro nas contas de depreciação, estes devem ser feitos periodicamente, pois ocorre a diminuição de valor dos bens que compõe o ativo imobilizado, tal registro deve ser feito quando o bem perder valor por conta do uso, ação da natureza ou obsolescência.

A lei 11.638/07, estende às sociedades de grande porte, normativas relacionadas às elaborações e demonstrações financeiras, nos mostra que a partir de 2008 passa a vigorar a obrigatoriedade da depreciação por vida útil, ainda neste período, destinada às companhias de capital aberto que são reguladas pela CVM.

Segundo o CPC 27 (2009) vida útil é o período em que a empresa espera desfrutar dos benefícios que o ativo possa gerar a entidade e o tempo que a entidade espera utilizar o ativo em sua atividade. Com o vigor da Lei 12.973/14 (2014), o valor mínimo utilizado para a ação de imobilização alterou de R\$ 326,61 para R\$ 1.200,00. Caso o custo do bem adquirido ou das melhorias realizadas não ultrapasse este valor ou a vida útil não ultrapasse um ano, o bem pode ser registrado diretamente em despesa. O artigo 15 da lei 12.973/14, define sobre a aquisição de bens do ativo não circulante.

Para elucidar o conceito de vida útil, Padoveze (2008) reforça sobre a vida útil de um bem, pois considera a relação quantidade de anos ou horas de trabalho, quando este executa de maneira satisfatória o uso. Já sobre o valor depreciável recorremos ao CPC 27(2009) que define o mesmo como sendo a diferença do próprio custo do ativo ou outro valor com o valor residual, onde o valor desejado pela organização na venda, considerando as despesas esperadas com a mesma, isso com o bem nas condições de fim de vida útil, levando em consideração idade também.

Pode se afirmar que deverá ser levado em consideração os critérios para determinar a vida útil do bem, de forma que seja averiguado por quanto tempo o bem será utilizado, qual será o desgaste físico normal provindo do período a ser utilizado, a frequência de manutenção, a obsolescência e as fronteiras estabelecidas para o emprego do uso do ativo.

Observa-se que para diferentes Grupos do Imobilizado, está relacionado o tempo de vida útil, e que também esse tempo de vida útil deve ser analisado por diferentes aspectos. Segundo Padoveze (2004, p. 251-252), pode-se conceituar depreciação de acordo com três diferentes aspectos: o aspecto contábil, onde depreciação é quando devido ao uso, desgaste ou obsolescência o bem perde valor, e essa definição é fundamentada na avaliação de ativos, que podemos considerar uma ação avaliativa com característica de redução, pois diminui o valor dos bens que estão imobilizados.

Outro aspecto é o financeiro, que define a depreciação como uma maneira de recuperar o que foi gasto com investimento no negócio, pois o custo deste investimento corresponde à depreciação, isso sob aspecto de análise do retorno no investimento. Dando continuidade na conceituação de depreciação, o terceiro aspecto a ser considerado são os custos, de grande importância, nos faz voltar os olhos para a natureza dos gastos que compõem a gestão da organização para fazer acontecer

as atividades operacionais e dispor ou adquirir os produtos que são vendidos ou revendidos pela mesma.

A Norma Brasileira de Contabilidade versa sobre a vida útil de um ativo, onde considera a expectativa da organização com a utilização deste e nesse aspecto pode-se dizer que em alguns casos a vida útil será menor que a econômica do bem. Tal estimativa é feita através da experiência da organização com ativos semelhantes.

O final de cada exercício social, conforme o CPC 01 (2007, p.7) deve-se avaliar os ativos com o intuito de apontar o que está os desvalorizando, isso garante que a depreciação está sendo feita nas taxas adequadas à realidade operacional da organização. Essa análise também é determinada pela IAS 36 (2004), caso haja identificação de desvalorização do ativo. Se positivo, será preciso apontar o valor do ativo com a desvalorização ocorrida.

Contudo o CPC 27 (2009) prevê que o valor residual e a vida útil de um ativo acontecerão ao menos uma vez no exercício. Devemos considerar fatores determinantes na vida útil de um ativo os seguintes aspectos: o uso, o desgaste e a obsolescência, como já dito anteriormente, O CPC 27 (2009) não obriga que a revisão de vida Útil dos ativos seja no início ou final do exercício, ela pode ser realizada em um período que a entidade entenda que seja mais apropriada pela.

As expectativas da organização com relação ao uso do bem, o desgaste natural e normal que terá relação direta com a quantidade de fatores de utilização envolvidos no processo de uso, bem como as manutenções e reparos com este ativo, até mesmo quando estiver ocioso. E a obsolescência que acontece em tudo hoje em dia, seja ela técnica ou comercial que acontecem como mudança e melhorias a partir da demanda do mercado.

Para que a organização possa tratar e determinar os valores de depreciação, o CPC 23 (2009) estabelece critérios, que consideram a vida útil estimada do ativo imobilizado. Sendo que caso ocorra divergência nas expectativas e estimativas feitas anteriormente, essa diferença deve aparecer como mudança de estimativa contábil, reforçando que tal orientação é segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23, que aborda sobre as Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Isto é a revisão de vida útil de um ativo pode provocar alterações na mensuração cálculo contábil anteriormente reconhecida, esta mudança fluirá efeito na contabilidade a partir do momento da sua revisão. Compreender o conceito de vida útil dos ativos imobilizados da organização faz com que haja a aplicação correta dos

cálculos de utilização e deterioração dos bens, com o intuito de mensurar e apresentar nas demonstrações contábeis a real contribuição a respeito de benefícios econômicos para a organização.

2.5 – POLÍTICA INTERNA DE DEPRECIAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIZADOS

Segundo Oda (2020) É na Política Interna de depreciação que a entidade estabelece as diretrizes para o tratamento contábil dos seus ativos imobilizados, baseados na legislação aplicável e nos pronunciamentos Técnicos contábeis relacionados ao controle patrimonial. É elaborada de acordo com as estratégias de gestão da empresa para manutenção da organização, tem por objetivo estabelecer e padronizar a forma como serão reconhecidos e mantidos os bens do imobilizado pela entidade.

Ela traduz a forma de expectativa de vida útil dos bens de seu patrimônio, partindo do preceito contido no CPC 01 (2010) que vida útil de um bem pode ser caracterizada como o tempo no qual a empresa espera utilizar o bem em suas atividades, gerando benefícios para ela, a política de depreciação da empresa precisa servir de guia para nortear os usuários quanto as expectativas da empresa quanto ao reconhecimento e uso de seus ativos.

2.6 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUA IMPORTÂNCIA

Demonstrar é o mesmo que apresentar, comprovar algo. As demonstrações contábeis nos apresentam as informações contábeis de uma organização. Corrobora para a afirmação Reis (2009), ao dizer que os objetivos das demonstrações contábeis é fornecer informações de qualidade para aqueles que gerem as instituições e que estes possam fazer as avaliações corretamente.

O planejamento, organização, direção e controle, são os princípios da administração conhecida como PODC, que diante de informações corretas, fazem com que o gestor tome atitudes que impactam de maneira bastante importante nas tomadas de decisões da organização.

As demonstrações, quando apresentadas com qualidade, possibilitam, através de uma boa análise, o planejamento e controle do patrimônio das entidades.

O conselho federal de contabilidade, a partir das normas brasileiras de contabilidade - NBC TG 26 (2015) discorre sobre as demonstrações contábeis, considerando-as como uma representação da posição patrimonial e financeira da organização. Estas comprovações fornecem informações que estabelecem, quando interpretadas, o posicionamento patrimonial e financeiro, dos fluxos de caixa e do desempenho da mesma. Ressaltamos que tais informações são importantes para as tomadas de decisões, neste caso econômicas pelos usuários.

As demonstrações contábeis revelam muito sobre a entidade, desse modo sua elaboração deve ser feita de forma clara e concisa. Para tanto a lei balizadora das informações é a de nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, que trata sobre as sociedades por ações em seu artigo 176, elenca as demonstrações que precisam ser citadas e as respectivas mutações ocorridas no exercício social, são elas: o balanço patrimonial, as demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados, o conhecido DRE (Demonstração do resultado do exercício) e a demonstração dos fluxos de caixa e se a companhia for aberta, conforme a Lei nº 11638 de 2007, deverá ser demonstração do valor adicionado.

Os autores abaixo elucidam brevemente as demonstrações contábeis, que são consideradas as “fotografias” das empresas, podem auxiliar demonstrando as situações das organizações, conhecer a situação e poder utilizá-las como poderosas ferramentas para as tomadas de decisão dentro das empresas.

O balanço patrimonial, nos permite visualizar a entidade, a partir da perspectiva contábil. Nele, segundo Matarazzo (2003), são apresentados todos os bens e direitos da empresa, disposto como Ativo, na divisão do balanço patrimonial denominada Passivo Exigível estão as obrigações. A diferença entre Ativo e Passivo determina o que é chamado de Patrimônio Líquido e representa o que foi investido pelos proprietários da empresa, não importando se foi por recursos de fora da empresa, ou se estes foram gerados. Reis (2009), corrobora ainda para a definição de balanço patrimonial, onde expõe que a natureza dos valores é que compõem através dos bens e direitos, origem dos valores, as obrigações e patrimônio líquido.

A demonstração de lucros e os prejuízos acumulados objetivam evidenciar a distribuição dos resultados da empresa, pode-se visualizar a destinação de onde o lucro foi aplicado. Segundo Marion (2018, p. 98) fornece a estrutura básica para a DLPA em seu livro e ela se resume em: somar o lucro acumulado de exercícios anteriores com o lucro do exercício atual para se obter o Lucro Disponível, subtrair as

Reservas (em caso de S.A.) e os Dividendos para se obter o Lucro Acumulado. Isto é, esta demonstração relaciona os lucros e prejuízos acumulados de exercícios anteriores com os atuais, a fim de encontrar os valores disponíveis para então definir a destinação destes.

De maneira resumida pode-se dizer que é apresentado na DRE o relatório das operações realizadas pela organização, tal colocação é posta por Assaf Neto (2002, p.75). Ela apresenta de forma esquematizada os lucros ou prejuízos da empresa, considerando um determinado período de exercício social, nas contas do patrimônio líquido. São resultantes das receitas, custos e despesas que acontecem na empresa no referido período e apropriado de acordo com o regime de competência, o que independe se os valores foram pagos ou recebidos.

Segundo Ribeiro (2013, p. 302), a DRE relaciona as seguintes informações: a receita de vendas e serviços com suas deduções e abatimentos, o resultado é a receita líquida; abatendo em seguida o custo das mercadorias e serviços vendidos para assim encontrar o Lucro bruto; subtrai as despesas operacionais, financeiras, gerais e administrativas, soma com as receitas financeiras para encontrar o lucro ou prejuízo operacional; provisiona e subtrai o valor correspondente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para encontrar o Resultado antes das participações; por fim deduz-se debêntures e participações de administradores para encontrar o Resultado Líquido do Exercício.

Ribeiro (2013, p. 319) também evidência sobre a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) dizendo que esta demonstração intenciona-se em evidenciar as modificações que ocorreram no saldo do caixa da empresa. Essas demonstrações de Fluxo de caixa podem ser entendidas como o espelho das movimentações que acontecem no caixa da empresa, onde mostra as entradas e saídas e quais foram os resultados equivalentes de um determinado período, entradas e saídas de dinheiro vale apontar.

Padoveze (2017) discorre sobre a Demonstração de Valor Adicionado (DVA) como um relatório que busca evidenciar o quanto de riqueza a organização produziu, como foi distribuída e o quanto ficou retida. Um ponto curioso sobre esta Demonstração é que, por ter advindo de influências de países europeus, ela pode ser utilizada pelos mesmos. (PADOVEZE, 2017) As informações presentes na DVA advêm das contas de resultado e de algumas contas patrimoniais. Ribeiro (2013, p. 326). Em resumo pode se afirmar que a Demonstração do Valor adicionado (DVA) é

um demonstrativo que tem por objetivo evidenciar as riquezas e as formas pelas quais elas foram distribuídas em um determinado período.

Sobre a demonstração das mutações do patrimônio líquido, Ribeiro (2013) diz que estão contidas na DMPL as seguintes informações: variações que ocorreram nos saldos das contas do Patrimônio Líquido, mostrando saldos iniciais, ajustes de exercícios anteriores, aumentos de capital, reversões de reservas, Lucro Líquido e suas destinações e saldos finais das contas do Patrimônio Líquido da entidade. Esta demonstração contábil, evidencia as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido.

Caracterizando as demonstrações contábeis, o CPC 26 (2009, p.6) informa que são uma representação estruturada do desempenho da organização, a partir da posição patrimonial e financeira da mesma. Ela tem por objetivo fornecer informações acerca do posicionamento através dos patrimônios e finanças, bem como do desempenho e dos fluxos de caixa da organização. Reis (2009) destaca que são várias as demonstrações contábeis que auxiliam os gestores para a tomada de decisões, dá ênfase ao balanço patrimonial e a DRE, pois estes fornecem informações pontuais para análise de indicadores.

Pode-se destacar também o papel da nota explicativa, quando se fala em mapear e avaliar elementos patrimoniais, as notas explicativas têm como objetivo explicar as movimentações objetivando sua transparência. A legislação rege as notas explicativas através da Lei 6.404/1976, que é a lei das S/A.

Os Números falam e a contabilidade faz a sua tradução, através das demonstrações contábeis, sendo possível assim realizar um mapa situacional da empresa. As demonstrações facilitam o entendimento dos usuários e isso se tornou peça-chave nas tomadas de decisões.

2.7 – A CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

A contabilidade do Agronegócio é um ramo da contabilidade que visa auxiliar o produtor ou empresário rural a controlar, compreender e registrar os fenômenos que afetam seu patrimônio. Dessa forma é possível o planejamento e tomadas de decisões melhores para a continuidade da entidade.

A agricultura é a atividade que tem destaque na economia nacional. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil, informa que,

do que foi gerado como Produto Interno Bruto nacional em 2020, o agronegócio significou 26,6%, o que significa que a agricultura é responsável por mais de um quarto do total gerado no PIB brasileiro.

Com a modernização do Agronegócio e seu constante crescimento, as empresas estão cientes que é preciso manter-se alinhada com as normas e com a contabilidade, utilizando-a como ferramenta de gestão para o seu negócio. Nesse aspecto, Batalha (2009) explicita que, ao desenvolver suas atividades, o agricultor deseja evitar resultados negativos que possam afetar seu patrimônio. Desse modo, é fundamental que os produtores e empresários do ramo tenham conhecimento da importância da contabilidade e aplique em seus negócios práticas que possibilitem a redução de custos e também um aumento de produtividade.

A contabilidade rural destaca-se na análise e quantificação de resultados relacionados à gestão da atividade rural, pois sua aplicabilidade é vinculada às normas e conceitos contábeis, centrada no estudo do patrimônio rural (RODRIGUES, 2007). Seu papel é gerar informações referentes às propriedades rurais, de forma a auxiliá-las em seu desenvolvimento (CALLADO, 2015).

Dessa forma é notável a importância da contabilidade e suas ramificações inseridas no agronegócio. Todos os setores necessitam dos dados gerados pelas informações contábeis, são informações pontuais que possibilitam as tomadas de decisões, bem como são o termômetro para medir a saúde da entidade.

3 – METODOLOGIA

A metodologia consiste nas técnicas de estudos utilizadas para se obter uma conclusão. O referido trabalho consiste em um trabalho com características exploratório quantitativo e qualitativo fundamentado por meio de um estudo de caso. Em conformidade com Yin (2015) “o estudo de caso é a pesquisa com foco no fenômeno contemporâneo com base na coleta de dados.”

3.1 – TIPOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho teve como objetivo analisar as informações obtidas através do sistema de controle contábil da empresa denominada ficticiamente como Alfa Bom, desse modo a natureza desta deste trabalho é exploratória. Pelo fato de buscar estudar os dados obtidos e descrever e interpretar as informações coletadas da empresa objeto de estudo de caso.

Na abordagem deste trabalho foram mesclados os métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa. Baseando-se na análise profunda ao tema estudado e da análise crítica dos dados coletados na empresa. De acordo com Silva (2001, p. 55) "A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa."

3.2 – ESTUDO DE CASO

O presente estudo foi realizado em uma grande empresa cujo a principal atividade é o agronegócio, com escritório central no município de Cuiabá, e filiais distribuídas pelo Estado de Mato Grosso, denominada de forma fictícia AlfaBom. A empresa fundada em 02 de julho de 1982, possui 39 anos de mercado, tendo 7.200 funcionários, com faturamento de 3.2 Bilhões de reais no ano de 2020.

No que se refere a controle patrimonial, de acordo com o fechamento anual de 2020, a empresa possui em seu ativo imobilizado a gama de 30 mil bens registrados em seu sistema de cadastro de ativo, classificados em 29 contas contábeis, totalizando o valor de 2,3 bilhões de reais.

Para a coleta tratamento dos dados, foi utilizado o protocolo de estudo de caso, que, segundo Yin (2010, p. 106), “é uma maneira importante de aumentar a confiabilidade da pesquisa de estudo de caso e se destina a orientar o investigador na realização da coleta de dados de um caso único”

Quanto aos procedimentos, a pesquisa foi caracterizada no método de estudo de caso único, que investiga um fenômeno considerando seu contexto, realizando uma análise sob a conjuntura real (YIN, 2015), caracterizando-se pela profundidade da investigação (CRESWELL, 2007).

A empresa disponibilizou as informações e documentações do ativo imobilizado referente ao período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020 que indicaram o faturamento da mesma em condições normais de mercado. Tais como: Mapa do imobilizado, composição do ativo imobilizado e política de depreciação vigente da entidade, salientando que esta política está em vigor desde o ano de 2013.

Após a análise da documentação disponibilizada, foi tabulado os cálculos das depreciações com base nas políticas de depreciação reavaliadas em conformidade com o CPC 27, tonando possível estimar os bens controlados pela entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear com valor residual estabelecido pela entidade, tendo assim seu valor máximo depreciável.

As análises foram efetuadas a partir da reconstituição dos saldos do ativo imobilizado das demonstrações financeiras do ano de 2020, os dados foram tabulados em planilhas do Excel. Foi levantado com base nas metodologias de análise de vida útil, quais as possíveis alterações nas políticas de depreciação para a sua revitalização.

Através dos dados tabulados, realizou se a atualização das taxas das políticas de depreciação da empresa, reconstituindo demonstrações financeiras do imobilizado do ano de 2020 com base na nova política de depreciação levantada através do estudo.

A empresa objeto de estudo de caso, disponibilizou para a pesquisa documentos inerentes ao controle de ativo imobilizado mapa do imobilizado, notas fiscais e notas explicativas do imobilizado, não foram disponibilizados o balanço Patrimonial e demonstrações de resultado do Exercício.

4- RESULTADOS E DISCUSSOES

4.1 – LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES

O presente estudo teve a intenção de evidenciar os impactos nas demonstrações financeiras em função da defasagem das políticas de depreciação em uma empresa do Agronegócio, a pesquisa foi realizada na empresa ALFA BOM LTDA, cujo nome é neste trabalho é fictício, foi fundada em 02 de junho de 1982, a Atividade principal é o agronegócio, empresa Tributada pelo Lucro Real, com Escritório central localizado no município de Cuiabá, com atividades distribuídas em todo o estado de Mato Grosso.

Foram apresentados os objetivos e procedimentos do estudo de caso ao gestor do Departamento de Patrimônio, responsável pelo controle do Ativo imobilizado da empresa, que na sequência autorizou e disponibilizou o acesso aos documentos e informações necessários para a realização do estudo.

Inicialmente foi analisada o documento vigente de Política de depreciação do ativo imobilizado da empresa, que tem por objetivo estabelecer normas e procedimentos internos para controle do ativo imobilizado, que está em vigor desde 15 de dezembro de 2013.

Posterior a análise da Política de depreciação interna, foi realizada o exame do Mapa do ativo imobilizado, onde contém toda a informação cadastral do bem a bem, seu histórico de movimentação contemplando data de início e fim de depreciação, movimentação de transferência e baixa de ativos, relatório de vendas e valor negociado, saldo e histórico contábil dos bens da entidade.

4.2 - CALCULOS E APURAÇÃO DOS DADOS ANALISADOS

4.2.1 – Mapa de movimentação do imobilizado da empresa estudada em 31.12.20

Na tabela a seguir consta o mapa do ativo imobilizado em milhares (R\$) da ALFA BOM apresentado na demonstração financeira de 31.12.2020 divulgada.

Conforme identificado em campo há uma defasagem nas políticas de depreciação dos seus bens, ou seja, as taxas de vidas úteis estão obsoletas com a realidade vivida pela entidade atualmente.

TABELA 1- MAPA DE MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO ALFABOM						
Mapa de movimentação do imobilizado - 31/12/2019 à 31/12/2020						
AlfaBom Ltda						
Custo	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Imóveis (Terra nua e terrenos)		4.140	0	0	0	4.140
Prédios e instalações	2%	19.291	0	8.152	0	27.443
Prédios e instalações em terceiros	2%	100.928	0	34.298	-590	134.636
Máquinas, equipamentos e implementos	10 a 17%	1.489.239	139.829	63.066	-48.504	1.643.630
Equipamentos e instalações de escritório	10%	27.204	4.571	368	-73	32.070
Veículos	10 a 25%	392.507	25.751	-720	-18.401	399.137
Aeronaves	13 a 16%	94.797	28.472	0	-4.479	118.790
Embarcações	10%	1.273	159	0	-852	580
		2.129.379	198.782	105.164	-72.899	2.360.426
Depreciação		Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Prédios e instalações	2%	-1.895	-975	0	0	-2.870
Prédios e instalações em terceiros	2%	-2.446	-2.537	0	19	-4.964
Máquinas, equipamentos e implementos	10 a 17%	-317.604	-127.000	-264	13.827	-431.041
Equipamentos e instalações de escritório	10%	-10.989	-4.427	0	47	-15.369
Veículos	10 a 25%	-103.274	-31.454	264	9.678	-124.786
Aeronaves	13 a 16%	-20.819	-8.719	0	1.636	-27.902
Embarcações	10%	-143	-57	0	85	-115
		-457.170	-175.169	0	25.292	-607.047
Imobilizado Líquido		1.672.209	23.613	105.164	-47.607	1.753.379

Adaptado Pela Autora

Foi realizado a análise patrimonial da empresa, observando toda sua estrutura do imobilizado, abaixo a composição do imobilizado por grupo de bem, a tabela a seguir demonstra o volume expressivo de ativos imobilizados, um total de 30.174 bens até o fechamento de 2020

TABELA2 - QUANTIDADE DE IMOBILIZADOS POR GRUPO DE BEM	
GRUPO DE BEM - ATIVO IMOBILIZADO	QUANTIDADE DE BENS
AREAS DE PRODUCAO	6
TERRENOS	3
CONSTRUCOES HABITACIONAIS	2
CONSTRUCOES FUNCIONAIS	11
BENFEITORIAS FUNCIONAIS	10
CONSTRUCOES EM TERCEIROS	319
BENFEITORIAS EM TERCEIROS	381
TRATORES	1.034
COLHEITADEIRA DE GRAOS	412
COLHEITADEIRA DE ALGODAO	243
PULVERIZADORES	331
PLANTADEIRAS	377
IMPLEMENTOS AGRICOLAS	3.265
MAQS E EQTOS BENEFICIAMENTO ALGODAO	423
OUTRAS MAQUINAS PESADAS	277
OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO	8.254
MAQS E EQTOS BENEFICIAMENTO DE GRAOS	325
MAQS E EQTOS PISCICULTURA	394
MAQS E EQTOS USINAS ENERGIA	9
MAQS E EQTOS PECUARIA	382
MAQS E EQTOS USINA MADEIREIRA	45
AUTOMOVEIS	78
CAMINHOES	1.253
CAMINHONETAS E UTILITARIOS	326
MOTOCICLETAS	225
ONIBUS	127
SEMIREBOQUES	1.689
AERONAVES COMERCIAIS	10
AERONAVES AGRICOLAS	17
MOVEIS E UTENSILIOS	5.159
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	3.031
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	1.711
EMBARCACOES	45
Total Geral	30.174

Fonte: Adaptado pela Autora

Analisou-se todo cadastro de depreciação dos ativos imobilizados, estabelecidos pela política de depreciação vigente na empresa, estes registros ficam cadastrados no sistema ERP da empresa, chamado de cadastro de grupo de bens, nele a empresa estabelece a taxa anual de depreciação, o valor máximo depreciável e também o percentual de valor residual esperado por grupo de bem, todas essas informações vinculadas as contas contábeis do ativo e de despesas de depreciação de acordo com o plano de contas.

A tabela a seguir demonstra o cadastro de grupos de bens do imobilizado, trazendo as informações de descrição de grupo de bem, taxa anual de depreciação, percentual máximo de depreciação e período de meses de depreciação por grupo de imobilizado

TBELA 3 - CADASTRO DE GRUPO DE BEM ATUAL DA EMPRESA				
DESCRIÇÃO GRUPO DE BEM	TAXA ANUAL DE DEPRECIAC	PERCENTUAL MAXIMO DE DEPRECIAC	PERCENTUAL RESIDUAL ESPERADC	PERIODO (MESES DEPRECIAVEIS)
AERONAVES AGRICOLAS	10,00	80	20	120
AERONAVES COMERCIAIS	10,00	80	20	120
ANIMAIS DE TRABALHO	20,00	90	10	60
AUTOMOVEIS	10,00	80	20	120
BENFEITORIAS EM TERCEIROS	2,00	100	0	600
BENFEITORIAS FUNCIONAIS	2,00	100	0	600
CAMINHOS	10,00	80	20	120
CAMINHONETAS E UTILITARIOS	10,00	80	20	120
COLHEITADEIRA DE ALGODAO	10,00	80	20	120
COLHEITADEIRA DE GRAOS	10,00	80	20	120
CONSTRUCOES EM TERCEIROS	2,00	100	0	600
CONSTRUCOES FUNCIONAIS	2,00	100	0	600
CONSTRUCOES HABITACIONAIS	2,00	100	0	600
EMBARCACOES	10,00	80	20	120
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	25,00	100	0	48
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	25,00	100	0	48
IMPLEMENTOS AGRICOLAS	20,00	90	10	60
MAQS E EQTOS - BENEFICIAMENTO ALGODAO	10,00	80	20	120
MAQS E EQTOS - BENEFICIAMENTO DE GRAOS	10,00	80	20	120
MAQS E EQTOS - PECUARIA	10,00	80	20	120
MAQS E EQTOS - PISCICULTURA	10,00	80	20	120
MAQS E EQTOS - USINA MADEIREIRA	6,67	90	10	180
MAQS E EQTOS - USINAS ENERGIA	5,00	90	10	240
MATRIZES BOVINAS	20,00	90	10	60
MOTOCICLETAS	10,00	80	20	120
MOVEIS E UTENSILIOS	10,00	100	0	120
ONIBUS	10,00	80	20	120
OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO	20,00	90	10	60
OUTRAS MAQUINAS PESADAS	10,00	80	20	120
PEIXES MATRIZES	10,00	100	0	120
PLANTADEIRAS	20,00	80	20	60
PULVERIZADORES	10,00	80	20	120
REPRODUTORES BOVINOS	20,00	90	10	60
SEMIREBOQUES	10,00	80	20	120
TRATORES	10,00	80	20	120

Fonte: Elaborado pela autora

4.2.2 – Revisão Das Políticas De Depreciação Da Empresa Alfa Bom

Para realizar a estimativa de vida útil dos bens da entidade, utilizou -se como base informações referentes ao ciclo de utilização dos bens pela entidade, o tempo

de compra versus o tempo de venda, pois a vida útil de um ativo é determinada pelo tempo de utilização do produto pela empresa, nesse caso a empresa vende os seus ativos quando os mesmo não estão mais em condições de atender seu critério de desempenho.

Realizou-se o levantamento de todas as baixas por venda de ativo imobilizado desde o início das operações como Pessoa Jurídica em 2016 até o fechamento do balanço de 2020, visando determinar através do histórico de baixas o prazo de utilização dos ativos por grupo de bem.

As notas fiscais de vendas analisadas, representam um total de 825 baixas de imobilizado nos últimos 04 exercícios, onde percebe-se o volume crescente no avançar dos anos, o Coordenador de mecanização e inovação Agrícola, responsável pela demanda de compra e venda de máquinas e implementos da empresa, afirmou que a entidade preza por manter seu parque de máquinas sempre atualizado, pois impacta diretamente em sua produtividade, desse modo sempre que adquire nova frota, ela revende seu imobilizado usado e ainda consegue obter preços compatíveis com o mercado na revenda.

A Tabela abaixo demonstra o volume de vendas analisadas dos períodos de 2016 à 2020, contendo a descrição dos grupos vendidos e quantidade de bens vendidos separados por ano e descrição de grupo de bem:

Quadro 4 – Quantidade de Bens Vendidos 2016 a 2020

TABELA 4- QUANTIDADE DE BENS VENDIDOS 2016 A 2020						
GRUPO DE BEM DO IMOBILIZADO	2016	2017	2018	2019	2020	Total Geral
AERONAVES AGRICOLAS			1			1
AERONAVES COMERCIAIS		2	1	1	1	5
AUTOMOVEIS	4	6	8	11	12	41
CAMINHOS		2	6	87	105	200
CAMINHONETAS E UTILITARIOS	8	20	26	40	46	140
COLHEITADEIRA DE ALGODAO	1		1	19	4	25
COLHEITADEIRA DE GRAOS	3	18	41	44	30	136
IMPLEMENTOS AGRICOLAS	1	11	46	51	38	147
MAQS E EQTOS - BENEFICIAMENTO ALGODAO			1	13	1	15
MOTOCICLETAS	3	4	4	5	11	27
ONIBUS			3			3
OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO			4	4	4	12
OUTRAS MAQUINAS PESADAS			1	1	2	4
PLANTADEIRAS	1	1	3	2	13	20
PULVERIZADORES			1	1	5	7
SEMIREBOQUES		1		1	16	18
TRATORES		2	3	10	9	24
Total Geral	21	67	150	290	297	825

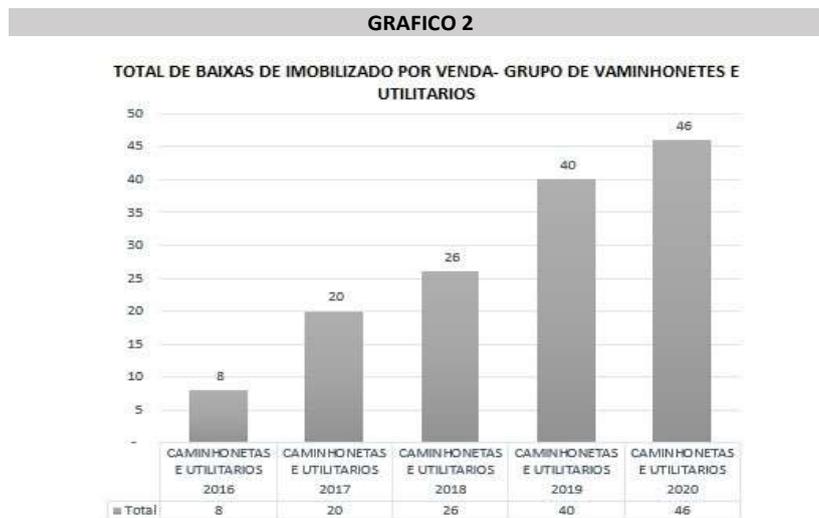
Fonte: Elaborado Pela Autora

Realizando um comparativo entre os anos de 2016 a 2020, é possível notar o volume crescente de baixas com o passar dos anos, conforme o gráfico abaixo que evidencia esse aumento de baixas por venda ao longo período analisado:



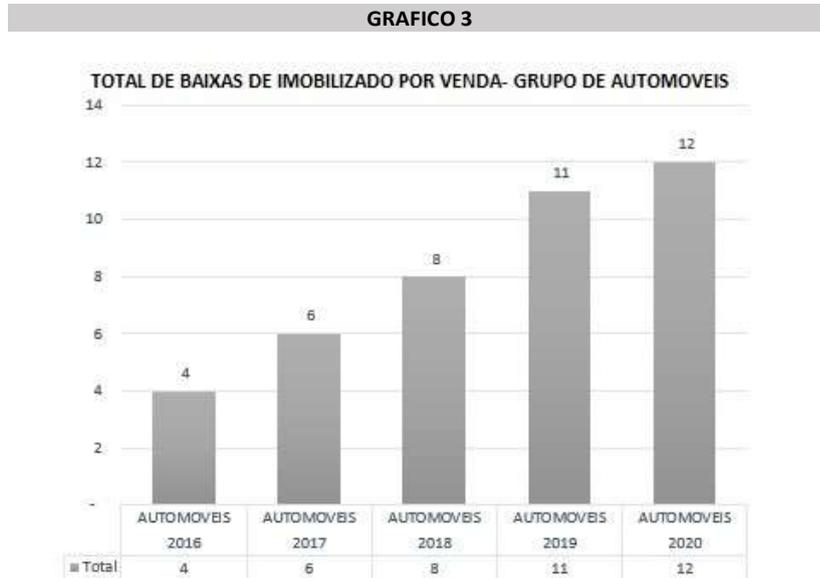
Fonte: Elaborado pela Autora

Ao analisar as movimentações por baixa por venda de imobilizado, destacam-se alguns grupos de bens no qual o número de vendas é intenso, como por exemplo o grupo de Caminhonetes e utilitários, onde o número de vendas apresenta uma grande progressão, onde o ano de 2016 apresenta 8 unidades e ano de 2020 com 46 unidades:



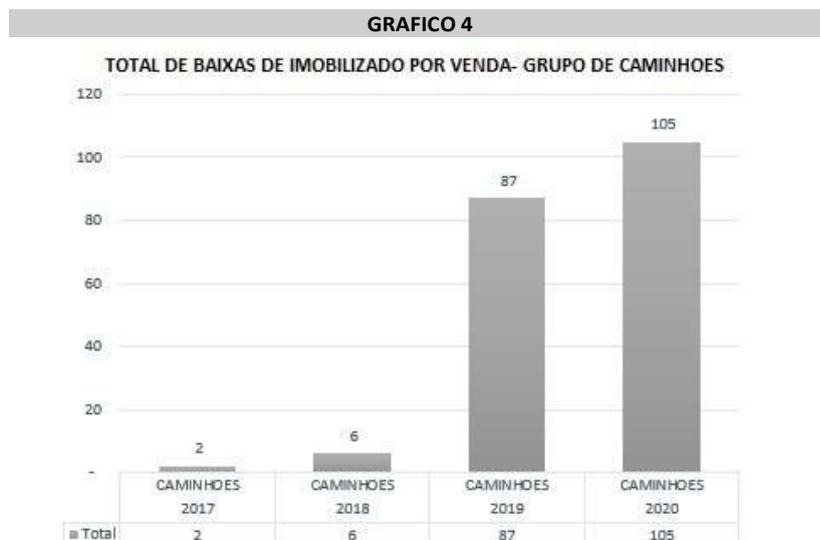
Fonte: Elaborado pela autora

O grupo de automóveis acompanha o crescente volume de vendas também, como pode ser observado no gráfico apurado abaixo, com a comparação entre anos de 2016 a 2020 referente ao grupo de automóveis:



Fonte: elaborado pela Autora.

Um número bastante expressivo é o grupo de Caminhões, onde representa o grupo com maior o volume de baixas por venda de imobilizado, principalmente nos anos de 2019 e 2020



Fonte: Elaborado Pela Autora

4.2.3 – Atualização E Comparações Das Políticas De Depreciação Da Empresa

Após análise das baixas de bem por venda do imobilizado, foi realizado cálculo visando estabelecer a média de tempo de uso desses equipamentos pela empresa, utilizando a sua data de aquisição, início de utilização e diminuído a sua data de baixa do ativo imobilizado, estabelecendo assim o tempo de seu uso pela empresa, o quadro abaixo demonstra como foi realizado o cálculo para descobrir qual o tempo de uso dos bens pela empresa

Tabela 5 - Exemplo de Calculo de Data - Tempo de Uso do Imobilizado		
Data de Aquisição	Data da Baixa por venda	Tempo de uso em anos
07/02/2016	07/02/2020	4
Data de Aquisição - Data de baixa = Tempo de uso		

Fonte:Elaborado pela autora

Esse cálculo, foi aplicado sobre todas as baixas por venda nesse período, após realizado o cálculo, o resultado de tempo de uso de imobilizado foi comparado com o tempo de vida útil estabelecido pela política de depreciação vigente na empresa.

O quadro abaixo demonstra o resultado deste cálculo de vida útil através do tempo de utilização de bem, comparado com o tempo de vida útil dos bens estabelecidos na política de depreciação atual da empresa:

Tabela 6 - Comparação de Tempo de Vida util entre Política interna e Baixa de imobilizado por venda			
DESCRIÇÃO GRUPO	TEMPO DE VIDA UTIL -POLITICA EMPRESA (ANOS)	TEMPO DE UTILIZAÇÃO EMPRESA - VENDAS (ANOS)	DIFERENÇA
AERONAVES AGRICOLAS	10	19	9
AERONAVES COMERCIAIS	10	16	6
AUTOMOVEIS	10	4	- 6
CAMINHOS	10	7	- 3
CAMINHONETAS E UTILITARIOS	10	5	- 5
COLHEITADEIRA DE ALGODAO	10	7	- 3
COLHEITADEIRA DE GRAOS	10	6	- 4
IMPLEMENTOS AGRICOLAS	5	9	4
MAQS E EQTOS - BENEFICIAMENTO ALGODAO	10	11	1
MOTOCICLETAS	10	8	- 2
ONIBUS	10	9	- 1
OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE APOIO	5	7	2
OUTRAS MAQUINAS PESADAS	10	10	-
PLANTADEIRAS	5	6	1
PULVERIZADORES	10	8	- 2
SEMIREBOQUES	10	8	- 3
TRATORES	10	8	- 2

Fonte: Elaborado Pela autora

Analisando de forma detalhada essa comparação, é possível verificar a diferença significativa de vida útil entre alguns grupos de imobilizado, que representam uma mudança expressiva no cálculo de depreciação baseado no tempo de empregabilidade dos bens pela entidade.

Por meio da nova estimativa de vida útil, realizou-se um novo cálculo de depreciação com base no fechamento de dezembro de 2020. Abaixo o quadro com a comparação da depreciação realizada através da política de depreciação atual da empresa, com o cálculo realizado através do tempo de vida útil estimado baseado nas baixas de imobilizado por venda da empresa, os dados consistem no saldo de imobilizado no fechamento do mês de dezembro de 2020.

Quadro 7- Comparação das Depreciações

Quadro de Comparação Depreciação Taxa atual de depreciação x taxa estabelecida calculo de tempo de uso					
Grupo de Bens do Ativo imobilizado	VALOR AQUISIÇÃO IMOBILIZADO	Média de TAXA ANUAL - POLITICA	Soma de DEP ACUMULADA	Média de NOVA TAXA	Soma de DEP ACUMULADA NOVO
AREAS DE PRODUCAO	2.839.876,89	-	-	-	
TERRENOS	1.300.067,70	-	-	-	
CONSTRUCOES HABITACIONAIS	287.323,68	2,00	24.571,79	2,00	24.571,79
CONSTRUCOES FUNCIONAIS	23.887.218,22	2,00	2.648.165,86	2,00	2.648.165,86
BENFEITORIAS FUNCIONAIS	3.268.343,74	2,00	196.502,67	2,00	196.502,67
CONSTRUCOES EM TERCEIROS	64.689.477,09	2,00	2.486.483,63	2,00	2.486.483,63
BENFEITORIAS EM TERCEIROS	47.185.829,54	2,00	1.535.740,96	2,00	1.535.740,96
DESENVOLVIMENTO DE AREAS EM TERCEIROS	22.761.682,83	2,00	941.884,46	2,00	941.884,46
TRATORES	218.888.344,09	10,00	52.748.414,59	13,00	92.148.608,95
COLHEITADEIRA DE GRAOS	365.082.026,82	10,00	86.777.927,03	17,00	202.128.419,73
COLHEITADEIRA DE ALGODAO	256.615.564,56	10,00	36.233.496,94	14,00	72.340.510,63
PULVERIZADORES	148.610.264,72	10,00	29.438.893,72	13,00	51.428.144,83
PLANTADEIRAS	117.691.095,02	20,00	55.149.250,78	17,00	64.228.492,73
IMPLEMENTOS AGRICOLAS	179.744.768,53	20,00	86.710.247,33	11,00	67.323.592,02
MAQS E EQTOS BENEFICIAMENTO ALGODAO	68.373.693,07	10,00	6.224.188,82	9,00	7.907.868,41
OUTRAS MAQUINAS PESADAS	74.517.238,24	10,00	13.914.774,50	10,00	13.924.472,80
OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE APOI	181.469.363,27	20,00	58.837.141,96	14,00	58.734.448,13
MAQS E EQTOS BENEFICIAMENTO DE GRAOS	26.464.727,71	10,00	3.881.433,19	10,00	3.884.138,47
MAQS E EQTOS PISCICULTURA	2.121.074,31	10,00	395.066,71	10,00	395.342,07
MAQS E EQTOS USINAS ENERGIA	691.560,11	5,00	67.397,18	5,00	67.444,15
MAQS E EQTOS PECUARIA	2.521.726,57	10,00	362.640,07	10,00	362.892,82
MAQS E EQTOS USINA MADEIREIRA	840.190,53	6,67	300.217,34	6,67	300.217,34
AUTOMOVEIS	2.814.454,67	10,00	560.233,28	25,00	1.334.383,52
CAMINHOES	250.814.403,25	10,00	72.960.192,24	14,00	99.302.385,51
CAMINHONETAS E UTILITARIOS	28.412.190,70	10,00	5.930.048,74	20,00	11.299.520,40
MOTOCICLETAS	2.106.967,53	10,00	662.022,68	13,00	788.414,56
ONIBUS	12.828.041,54	10,00	2.395.588,64	11,00	2.535.954,67
SEMIREBOQUES	102.162.301,16	10,00	42.279.006,22	13,00	50.350.818,58
AERONAVES COMERCIAIS	53.126.637,42	10,00	6.626.147,85	6,00	4.554.389,44
AERONAVES AGRICOLAS	65.662.852,18	10,00	21.276.454,38	5,00	12.315.007,48
MOVEIS E UTENSILIOS	14.957.026,61	10,00	4.576.031,89	10,00	4.576.031,89
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	10.118.215,21	25,00	6.521.011,84	25,00	6.521.011,84
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	6.993.764,41	25,00	4.271.152,30	25,00	4.271.152,30
EMBARCACOES	580.366,48	10,00	115.497,15	10,00	115.497,15
TOTAL	2.360.428.678,40		607.047.826,77		840.972.509,81

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante da comparação realizada, é possível verificar que a depreciação gerada pelo estudo de vida útil através do tempo de utilização do bem pela entidade foi maior que a depreciação gerada pela política interna de depreciação atual. Abaixo o quadro de comparação das depreciações acumuladas, onde pode-se observar esses números mais evidentes:

Quadro 8- Evidenciação das Comparações

Quadro de Comparação de Depreciação Acumulada			
Grupo de Bens do Ativo Imobilizado	Soma de DEP ACUMULADA	Soma de DEP ACUMULADA NOVO	DIFERENÇA ENTRE GRUPOS DE BENS
AREAS DE PRODUCAO	-		-
TERRENOS	-		-
CONSTRUÇOES HABITACIONAIS	24.571,79	24.571,79	-
CONSTRUÇOES FUNCIONAIS	2.648.165,86	2.648.165,86	-
BENFEITORIAS FUNCIONAIS	196.502,67	196.502,67	-
CONSTRUÇOES EM TERCEIROS	2.486.483,63	2.486.483,63	-
BENFEITORIAS EM TERCEIROS	1.535.740,96	1.535.740,96	-
DESENVOLVIMENTO DE AREAS EM TERCEIROS	941.884,46	941.884,46	-
TRATORES	52.748.414,59	92.148.608,95	- 39.400.194,36
COLHEITADEIRA DE GRAOS	86.777.927,03	202.128.419,73	- 115.350.492,70
COLHEITADEIRA DE ALGODAO	36.233.496,94	72.340.510,63	- 36.107.013,69
PULVERIZADORES	29.438.893,72	51.428.144,83	- 21.989.251,11
PLANTADEIRAS	55.149.250,78	64.228.492,73	- 9.079.241,94
IMPLEMENTOS AGRICOLAS	86.710.247,33	67.323.592,02	19.386.655,31
MAQS E EQTOS BENEFICIAMENTO ALGODAO	6.224.188,82	7.907.868,41	- 1.683.679,59
OUTRAS MAQUINAS PESADAS	13.914.774,50	13.924.472,80	- 9.698,31
OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE APOI	58.837.141,96	58.734.448,13	102.693,83
MAQS E EQTOS BENEFICIAMENTO DE GRAOS	3.881.433,19	3.884.138,47	- 2.705,28
MAQS E EQTOS PISCICULTURA	395.066,71	395.342,07	- 275,35
MAQS E EQTOS USINAS ENERGIA	67.397,18	67.444,15	- 46,97
MAQS E EQTOS PECUARIA	362.640,07	362.892,82	- 252,75
MAQS E EQTOS USINA MADEIREIRA	300.217,34	300.217,34	-
AUTOMOVEIS	560.233,28	1.334.383,52	- 774.150,23
CAMINHOS	72.960.192,24	99.302.385,51	- 26.342.193,27
CAMINHONETAS E UTILITARIOS	5.930.048,74	11.299.520,40	- 5.369.471,66
MOTOCICLETAS	662.022,68	788.414,56	- 126.391,87
ONIBUS	2.395.588,64	2.535.954,67	- 140.366,04
SEMIREBOQUES	42.279.006,22	50.350.818,58	- 8.071.812,36
AERONAVES COMERCIAIS	6.626.147,85	4.554.389,44	2.071.758,41
AERONAVES AGRICOLAS	21.276.454,38	12.315.007,48	8.961.446,90
MOVEIS E UTENSILIOS	4.576.031,89	4.576.031,89	-
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	6.521.011,84	6.521.011,84	-
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	4.271.152,30	4.271.152,30	-
EMBARCACOES	115.497,15	115.497,15	-
TOTAL	607.047.826,77	840.972.509,81	- 233.924.683,04

Fonte: Elaborado pela Autora

As principais divergências encontradas nesta comparação, foi a vida útil nos grupos de Colheitadeiras de grãos com diferença de depreciação acumulada de R\$

115.350.462,72 milhões de reais de depreciação acumulada a mais, bem como os grupos de Tratores, Caminhões e Pulverizadores que representam grande volume físico e contábil da entidade e, juntos representam uma diferença de R\$123.838.652,43.

Partindo desse resultado obtido, levando em consideração o novo cálculo de depreciação sobre as demonstrações financeiras, foi realizada nova apresentação do mapa do imobilizado conforme observa-se abaixo na nota explicativa baseada no cálculo do apurado neste estudo de caso, a mesma apresenta seu saldo em milhares e com arredondamento de casas decimais:

Quadro 9- Mapa da Imobilizado nova política

Recalculo do Mapa de movimentação do imobilizado - 31/12/2019 à 31/12/2020						
AlfaBom Ltda						
Custo	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Imóveis (Terra nua e terrenos)		4.140	0	0	0	4.140
Prédios e instalações	2%	19.291	0	8.152	0	27.443
Prédios e instalações em t	2%	100.928	0	34.298	-590	134.636
Máquinas, equipamentos e	7% a 11%	1.489.239	139.829	63.066	-48.504	1.643.630
Equipamentos e instalação	10%	27.204	4.571	368	-73	32.070
Veículos	4% a 7%	392.507	25.751	-720	-18.401	399.137
Aeronaves	19%	94.797	28.472	0	-4.479	118.790
Embarcações	10%	1.273	159	0	-852	580
		2.129.379	198.782	105.164	-72.899	2.360.426
Depreciação		Saldo em 31/12/2019	Adições	ransferência	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Prédios e instalações	2%	-1.895	-975	0	0	-2.870
Prédios e instalações em t	2%	-2.446	-2.537	0	19	-4.964
Máquinas, equipamentos e	7% a 11%	-470.029	-184.200	-381	19.055	-635.555
Equipamentos e instalação	10%	-10.989	-4.427	0	47	-15.369
Veículos	4% a 7%	-137.457	-41.403	381	13.249	-165.230
Aeronaves	19%	-12.652	-5.229	0	1.012	-16.869
Embarcações	10%	-143	-57	0	85	-115
		-635.611	-238.829	0	33.467	-840.972
Imobilizado Líquido		1.493.768	-40.047	105.164	-47.607	1.519.454

Fonte: Elaborado Pela Autora

4.2.4 – Impactos apurados através do recálculo da depreciação

Por meio da nota explicativa acima, verificou-se que o novo cálculo de depreciação apurado de acordo com a vida útil estabelecida através da média de utilização dos bens pela entidade, totaliza o imobilizado líquido no valor de R\$ 1.519.454.000,00, comparado com o saldo apresentado na demonstração disponibilizada pela empresa que é de R\$ 1.753.379.000,00 representa um custo maior no novo cálculo de R\$ 233.295.000,00.

Mensalmente essa diferença entre as duas demonstrações representa uma média de R\$ 5.304.000,00 que estão deixando de ser reconhecidos, esse fato, evidencia se o tamanho do impacto financeiro real que a depreciação representa nas demonstrações contábeis da empresa e conseqüentemente na apuração de seus impostos, pois a diferença de custo gerado do período apurado, que é o acumulado de 2016 até o fechamento de 2020 sob a ótica da nova depreciação foi de R\$233.925.000,00 (duzentos e trinta e três milhões novecentos e vinte cinco reais) a mais do que foi gerado através de sua política atual.

O novo cálculo de depreciação, apresentou o custo mais elevado que o apurado comparado com atual política de depreciação, como dito acima o valor mensal da diferença registrado baseado na nova política foi de R\$ 5.304.000,00, analisando isoladamente apenas as adições do exercício 2020 e, considerando que este valor continuasse pelos próximos 12 meses essa diferença seria aproximadamente de R\$63.659.000,00 a mais, comprando com o custo atual apurado pela empresa.

A empresa AlfaBom adota a depreciação societária gerencial, onde a depreciação é responsável pela redução da base de cálculo dos impostos do IRPJ e da CSSL, se consideramos a depreciação gerencial estabelecida através do tempo de utilização do bem que foi constituída neste estudo, haveria uma redução de impostos a pagar para a empresa, pois os custos gerados por ela são maiores que os gerados pela atual política de depreciação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como problemática, a seguinte questão: qual o impacto nas demonstrações financeiras de uma empresa do ramo do agronegócio em função da defasagem da reavaliação das políticas de depreciação?

Partindo dessa problemática foi realizado a análise da vida útil dos bens, baseando-se no tempo de utilização dos mesmos pela empresa objeto de estudo de caso e, através dessa análise estabelecer um novo parâmetro de depreciação dos bens e, mensurar os impactos desse novo cálculo nas demonstrações contábeis.

Com a expectativa de demonstrar o comparativo das depreciações apuradas através dos cálculos de vida útil de bem estabelecido pela empresa, com as depreciações apuradas através cálculo de tempo de utilização do bem realizado no presente estudo, fora realizada análise do imobilizado e, as demonstrações financeiras do imobilizado disponibilizadas pela empresa

Por meio do estudo realizado, identificou-se, que a empresa objeto de estudo de caso, em função de sua defasagem das políticas de depreciação, está tendo um impacto em suas demonstrações financeiras de aproximadamente de R\$ 5.304.000,00 (cinco milhões trezentos e quatro reais) que estão deixando de ser reconhecidos em seu custo mensal, bem como o impacto anual seria de aproximadamente de R\$63.659.000,00 (sessenta e três milhões seiscentos e cinquenta e nove reais) por ano considerando que o valor fosse o mesmo pelos próximos 12 meses

Dessa forma, é importante ressaltar para os usuários das informações, que estejam atentos a metodologia para o desenvolvimento das políticas de depreciação que vai estabelecer a de vida útil de bem, pois a mensuração coerente com a realidade da entidade, pode impactar de forma decisiva o resultado líquido do ativo imobilizado e, conseqüentemente os resultados das demonstrações financeiras de uma empresa, e principalmente comprometer a tomada de decisão por partes dos usuários desta informação

O levantamento dos elementos que compõe este trabalho foi uma difícil etapa durante a sua execução, em função da carência de informações mais detalhadas sobre o ativo imobilizado, uma vez que o assunto escolhido para este trabalho resulta em grandes impactos para as entidades, recomenda-se o estudo da vida útil dos ativos imobilizados e seus impactos nas grandes empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade intermediária**: de acordo com as novas exigências do MEC para o curso de Ciências Contábeis : textos, exemplos exercícios resolvidos. 3.ed. São Paulo: Atlas 2010. 235 p. ISBN-10 : 8522459312

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 6 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa a parcelamento ordinário de débitos tributários; institui regime tributário de transição e dá outras providências. Disponível jun. 2021 em: <<http://www.planalto.gov.br/.../2009/lei/l11941.htm>>. Acesso em: 6

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga os dispositivos da Lei nº 6.404/76. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-6.404/76>. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 22 Mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014**. Altera e revoga os dispositivos da Lei nº 11.941/09. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm>. Acesso em: 20 Mai. 2021.

BRASIL. **Leis e Decretos. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Sociedades por Ações. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2014.pdf>. Acesso em: 19 mai. de 2021.

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CARVALHO, J. M. C. de. **Logística**. 3. ed. Lisboa: Silabo, 2002.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da contabilidade**: abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010. 347 p. ISBN-10 : 8522458413

COELHO, H. O. **Diretrizes e requisitos para o planejamento e controle da produção em nível de médio prazo na construção civil**. 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5228/000467802.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2021

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2012.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado**. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2014.pdf>. Acesso em: 24 Mai.2021.

CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Conheça o CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 23 Mai. 2021

GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades: de acordo de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

<<https://www.dicio.com.br/depreciacao/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade Gerencial**. 6. Ed São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010. xxviii, 346 p. ISBN-10 : 8522477175

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 11. Ed São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, J. C. **Contabilidade rural:** contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda. 14. ed., São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

MEDEIROS, J. A. de. **Agribusiness:** contabilidade e controladoria. Guaíba: Edelbra, 1999

MENDES, Wagner. **Manual do Ativo Imobilizado**— IOB. (2012, p. 7,17,18,29,74,76). ISBN-10 : 8537915912

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistema, organização & métodos:** uma abordagem gerencial. 21. ed. Atlas, 2013. ISBN 8522482101

OLIVEIRA, N. C. de. **Contabilidade do agronegócio: teoria e pratica.** Curitiba: Jussara, n.2, p. 5-23, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Ativo imobilizado.** Disponível em:<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/imobilizado.htm>>. Acesso em: 24 mai. 2021

AFIXCODE. **O que é a importância da política de ativo imobilizado em sua empresa.** Disponível em:<<https://www.afixcode.com.br/blog/o-que-e-politica-de-ativo-imobilizado/>>. Acesso em: 22 mai. 2021

REIS, A. O.; ANJOS, D. A.; SEDIYAMA, G. A. S.; LÉLIS, D. L. M. **Disclosure da recuperabilidade do valor do ativo imobilizado: análise no setor siderúrgico brasileiro.** Revista Ambiente Contábil, v. 5, n. 2, p.37-52, jul./dez. 2013.

REIS, A.; MARION, J. C. **Contabilidade avançada.** São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade comercial fácil.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SANDRONI,P. **Novíssimo dicionário de Economia.** 7. Ed. São Paulo. Best Seller ,1999.

YIN, R.K. **Case study research: design and methods.** 4. ed. California: SAGE Publications, 2009.